

REVISAR SUBSÍDIOS

O programa propõe avaliação de gastos e benefícios. A pergunta decisiva ainda não foi respondida: quais, quanto e em quanto tempo?

Clariana Barão

A PROMESSA OFICIAL

- **Revisão de gastos e subsídios**
- **Planejamento plurianual orientado a metas**
- **Transparência de benefícios**
- **Avaliação de impacto**

É programa eleitoral registrado. Não define meta de economia, lista de benefícios, método de corte ou calendário.

O UNIVERSO É GRANDE

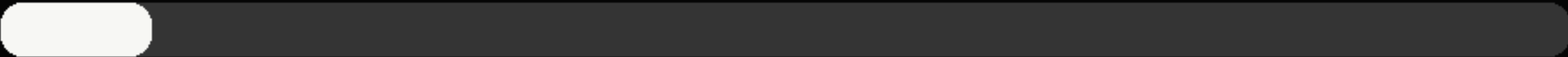
R\$ 678 bi

em 2024

TRIBUTÁRIOS 83,1%



FINANCEIROS 9,6%



CREDITÍCIOS 7,3%



R\$ 678 bilhões são o total apurado, não a economia possível.

A REGRA JÁ MUDOU

METAS	novos benefícios para empresas devem ter objetivos quantificáveis
PRAZO	em regra, até cinco anos, com exceção para investimentos longos
REDUÇÃO	benefícios alcançados sofreram redução linear de 10%
LIMITE	acima de 2% do PIB, novos benefícios exigem compensação

Há exceções. A lei não reduz automaticamente todo o estoque de R\$ 678 bilhões.

O PONTO CEGO

Em abril, o TCU encontrou benefícios sem avaliação permanente, falta de detalhamento e ausência de coordenação central.

- **benefícios prioritários**
- **economia pretendida**
- **órgão responsável**
- **etapas legislativas**
- **cronograma de quatro anos**

Sem isso, revisão é direção de governo, não plano fiscal mensurável.

EXECUÇÃO EM 4 ANOS

VERDE CLARO

7/10

Viabilidade jurídica e legislativa 2/2

Financiamento 2/2

Capacidade administrativa 1/2

Condições técnicas e econômicas 1/2

Cronograma de quatro anos 1/2

A base legal e institucional existe. Faltam prioridades, meta fiscal, método e calendário. Nota provisória, confiança média.

Avaliação editorial, não probabilidade estatística.